

No caso do Brasil, e particularmente no Nordeste, justiça social significa oportunidade real para todos na distribuição dos bens materiais e culturais da comunidade.

Carta dos Advogados de Pernambuco



PORTE PAGO

Autorização
Nº 183
AGÊNCIA CENTRAL
ECT/DR/PE

ANO XIII - Nº 1 - ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - RECIFE - PERNAMBUCO - JANEIRO/84



Colégio Eleitoral é uma fraude OAB na luta pelas eleições diretas para Presidente

A Seção da OAB em Pernambuco divulgou manifesto no começo de janeiro, assegurando sua presença na grande mobilização nacional em defesa das eleições diretas para Presidente. A nota do Conselho, assinada pelo presidente Hélio Mariano, diz que o Colégio Eleitoral, oriundo de uma forjada legalidade formal que objetiva impor ao Congresso

Nacional a vontade dos que hoje detêm o Poder, traz em seu bojo, como vício de origem, o estigma da fraude, do fictício e do postigo. O Conselho Regional de Medicina de Pernambuco, Cremepe, enviou ofício à Ordem parabenizando-se com os integrantes do Conselho Seccional, "pela lucidez e desassombro

com que analisou esse magno problema nacional". O Cremepe também manifesta seu integral apoio a "esse oportuno pronunciamento". O presidente Hélio Mariano disse, na ocasião da divulgação da Nota do Conselho, que a OAB não pretende participar de comícios e atos públicos em defesa das eleições diretas

para Presidente da República, pois a entidade deve se manter apartada dos instrumentos de ação próprios dos partidos políticos. A Ordem se situa fundamental e especificamente no plano da institucional, não podendo, por isso mesmo, se engajar na atividade pertinente à política partidária, salientou. (Página 3).

Encarte Especial

Estamos circulando nesta edição com um encarte sobre os prazos na Legislação Fiscal de Pernambuco, trabalho elaborado pelas advogadas Elisia Romão Dias, Fátima Albuquerque e Raquel Vasconcelos, do Departamento de orientação ao Contribuinte, DEOC, da Secretaria da Fazenda.

O(S) COMBATENTE(S) DA LIBERDADE



Souto Dourado

Combatente da liberdade

A OAB em Pernambuco está convidando para o lançamento do livro "O(s) Combatente(s) da Liberdade", do advogado e escritor Souto Dourado. O lançamento será no dia 2 de fevereiro, a partir das 17 horas, na sede da OAB, rua do Imperador, 235.

Formação profissional

Na página 6, o trabalho apresentado pelo professor Octávio Lobo - "A OAB e a formação profissional dos novos advogados" - no XIII Encontro de Advogados de Pernambuco.

JORNAL DO ADVOGADO
OAB

ANO XIII - Nº 1
JANEIRO/84

CONSELHO

Hélio Mariano

Presidente

Olímpio Costa Júnior

Vice-presidente

Mickel Nicoloff

1º secretário

Jorge da Costa Pinto Neves

2º secretário

Nilton Wanderley de Siqueira

Tesoureiro

Albino Queiroz de Oliveira Júnior

Anamaria Campos Torres

Aurélio Agostinho da Boavagem

Bóris Trindade

Carlos Eduardo Vasconcelos

Everardo da Cunha Luna

Geraldo Azoubel

Leucio Lemos Filho

João Pinheiro Lins

Jório Valença Cavalcanti

José Paulo Cavalcanti Filho

Luiz Plauhyllino de Melo Monteiro

Manoel Alonso Emerenciano

Niete Correia Lima

Paulo Marcelo Wanderley Reposo

Romualdo Marques Costa

Silvio Neves Baptista

Urbano Vitalino Melo Filho

Vaudrilo Leal Guerra Curado

Membros natos

José Cavalcanti Neves

Carlos Martins Moreira

Joaquim C. de Carvalho Júnior

Octávio de Oliveira Lobo

Dorany Sampaio

Delegados do Conselho Federal

Corintho de Arruda Falcão

Silvio Curado

Dorany Sampaio

Editores

Olíbano Silveira

Jodeval Duarte

Programação visual

Josias Florêncio

(Quarentinha)

Arte final

Isnaldo Nogueira Xavier

Diagramação, composição
arte-final, fotolitos, impressão

Editora
COMUNICARTE
Produções Jornalísticas

Circulação

A tiragem do Jornal dos Advogados OAB é de 7 mil exemplares e a distribuição abrange todos os advogados inscritos na Ordem. O envio é feito para os endereços profissionais ou residência do destinatário. Se você não o está recebendo, compareça à sede da OAB para atualizar o seu endereço.

Tabela de taxas para o exercício de 1984

1 - ANUIDADE DE ADVOGADO	
1.1 - até 31 de janeiro de 1984	CR\$ 20.000,00
1.2 - até 28 de fevereiro de 1984	CR\$ 24.000,00
1.3 - ou em quatro (4) parcelas iguais e sucessivas de CR\$ 7.000,00 - com vencimento em 31 de março, 30 de abril, 31 de maio e 30 de junho de 1984	CR\$ 28.000,00
observação - aplicação da multa legal e correção monetária, nos casos de pagamento após o vencimento.	
2 - ANUIDADE DE ESTAGIÁRIO	CR\$ 10.000,00
3 - INSCRIÇÃO	CR\$ 5.000,00
4 - CARTEIRA	
4.1 - PRIMEIRA VIA	
4.1.1 - definitiva	CR\$ 2.800,00
4.1.2 - provisória	CR\$ 1.400,00
4.1.3 - plastificada	CR\$ 1.800,00
4.2 - SEGUNDA VIA	
4.2.1 - definitiva	CR\$ 4.000,00
4.2.2 - provisória	CR\$ 2.000,00
4.2.3 - plastificada	CR\$ 2.500,00
5 - TRANSFORMAÇÃO	CR\$ 3.000,00
6 - EXAME DE ORDEM	CR\$ 7.000,00
7 - EXAME DE VERIFICAÇÃO	CR\$ 3.000,00
8 - CERTIDÃO	
8.1 - primeira folha	CR\$ 1.500,00
8.2 - segunda folha e cópia de processo	CR\$ 300,00
9 - ANOTAÇÃO	CR\$ 1.000,00
10 - REGISTRO DE SOCIEDADE DE ADVOGADOS	CR\$ 50.000,00
11 - ALTERAÇÃO DE CONTRATOS SOCIAIS	CR\$ 10.000,00

Recife, de dezembro de 1983

Bel. HÉLIO MARIANO DA SILVA Bel. OLÍMPIO COSTA JÚNIOR
Presidente Vice-Presidente

Bel. MICKEL SAVA NICOLOFF Bel. JORGE DA C. PINTO NEVES
Primeiro-Secretário Segundo-Secretário

Bel. NILTON WANDERLEY DE SIQUEIRA
Tesoureiro

Coluna do IAP

● No dia 13 de fevereiro, o Instituto dos Advogados de Pernambuco vai realizar reunião ordinária do Conselho, às 17 horas, na sede da OAB, quando estará recebendo os novos sócios que ingressaram na entidade através da apresentação de títulos ou monografias. São eles o professor e doutor Joaquim de Arruda Falcão e os advogados Paulo Galhardo Bandeira da Cruz, autor do trabalho "Ações em Tesouraria e Quotas Liberadas: Cancelamento sem ofensa à Integridade do Capital Social - um enfoque Jurídico", e João Bosco Medeiros de Sousa, que teve também aprovada sua tese "Es-

tudo sobre o Patrimônio Público Fundiário Devolutivo", pela Comissão integrada pelos professores Pelágio Silveira, Olímpio Costa Junior e Silvio Neves Baptista.

● O IAP está convocando seus membros para contribuírem com sugestões no sentido de se formular um anteprojeto de Constituição digno de refletir a realidade nacional e propiciar o livre e democrático desenvolvimento do país. Desta forma, o Instituto atende a solicitação da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, que está solicitando sugestões para a elaboração de um anteprojeto de Constituição.

Resultados dos concursos promovidos pela OAB

Concurso Nilo Câmara de Direito Penal

Comissão Julgadora: Bóris Trindade, Everaldo Luna, Romualdo Marques Costa

1º Prêmio: (300.000,00) "Aspectos da Problemática da Tentativa" - Roque de Brito Alves.

2º Prêmio: (200.000,00) "Estudo Comparado do Crime de Furto nos Direitos Penais Alemão e Brasileiro" - Maria Tereza Duarte Lima.

3º Prêmio: (100.000,00) "O Nexo de Causalidade e as Concausas no Direito Penal" - Walter Augusto de Andrade.

Concurso Pontes de Miranda de Direito Público

Comissão Julgadora: Bernardete Pedrosa, Nilzardo Carneiro Leão, Waldemir Lins.

1º Prêmio: (300.000,00) "Sistema Tributário Nacional: O Princípio da Rigidez" - José Carlos Zanforlini.

2º Prêmio: (200.000,00) - não foi outorgado.

3º Prêmio: (100.000,00) "Planejamento Familiar: Evolução e Aspectos Médico-Ético-Legais" - Rosana Grinberg.

Concurso Pontes de Miranda de Direito Privado

Comissão Julgadora: Octávio Lobo, Olímpio Costa Júnior, Silvio Neves Baptista.

1º Prêmio: (300.000,00) "Inautenticidade do Pensamento Dogmático na Ciência do Direito Contemporâneo" - João Maurício Adeodato.

2º Prêmio: (200.000,00) - não foi outorgado.

3º Prêmio: (100.000,00) "Previdência Complementar: Novo Aspecto do Direito Previdenciário" - João Vicente Torres.

Concurso Mário de Souza para Estagiários

Comissão Julgadora: Anamaria Campos Torres, Regina Cooli Menezes, Vera Della Santa.

1º Prêmio: (150.000,00) "Responsabilidade Civil" - Paulo César Siqueira.

2º Prêmio: (100.000,00) "Da Tutela Cautelar Genérica" - José Ramon Tavares.

3º Prêmio: (50.000,00) "Psicopatologia Forense" - Lúcia Helena Barbosa; e "Latrocínio Crime Complexo, Delito Autônomo" - Maria Alice Pimentel.



OAB considera espúrio o Colégio Eleitoral

O Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Pernambuco, reunido extraordinariamente no dia 05/01/84, considerando o dever estatutário de contribuir para o aperfeiçoamento das instituições jurídicas do País (artigo 18, da Lei nº 4.215), deliberou, por unanimidade, manifestar-se a favor da eleição direta para escolha do próximo Presidente da República, nos seguintes termos:

1. Em meio à situação de desordem política, econômica e social que aflige o País, não está em causa a preferência, a nível teórico, entre eleições diretas ou indiretas, para a escolha do Chefe de Governo. O que está em causa, na realidade, é a artificialidade do sistema eleitoral vigente, destinado a comprimir-se e afunilar-se num Colégio Eleitoral espúrio e ilegítimo, através do qual o Governo pretende proceder a escolha do futuro Presidente da República, obtendo assim, por via simbólica, uma falsa e apócrifa afirmação da vontade nacional.

2. Espúrio e ilegítimo é o Colégio Eleitoral, inclusive porque composto por integrantes não eleitos pela vontade do povo, fonte única do Poder, de onde emana a autoridade de qualquer Governo democraticamente constituído. Oriundo de uma forjada legalidade formal, que objetiva impor ao Congresso Nacional a vontade dos detentores do Poder, o Colégio Eleitoral traz em seu bojo, como vício de origem, o desairoso estigma da fraude, do fictício e do postício, com que se procura obstar o comparecimento do povo às urnas, para a escolha do primeiro mandatário da República. Conclamado a expressar-se por votação nominal, nos termos do art. 74 da Emenda nº 1, perde o Colégio a força que deriva do sufrágio secreto, tornando-se, por isso mesmo, altamente vulnerá-

Com Nota Oficial do Conselho Seccional, ficou definida a posição da OAB de Pernambuco em defesa das eleições diretas para Presidente da República. A Nota, que obteve expressiva repercussão, assim como têm repercutido todas as manifestações em defesa das diretas, hoje indiscutível anseio da nação brasileira, é publicada abaixo, na íntegra.

vel a manipulações de toda ordem.

3. "O obedecer tem limites, como tem limites o mandar". É o dever de obediência dos cidadãos ao Governo, sendo racional, consciente e voluntário, não é meramente passivo e imotivado, pelo que não se pode transformar a Nação numa massa informe de ignorantes, indiferentes e alienados expectadores de uma ridícula pantonima de "sucessão presidencial", cujos protagonistas — postos em cena sem quaisquer idéias ou programas — ultrapas-

sam os limites do bom-senso e do decoro, sem o menor respeito aos justos e legítimos anseios da sociedade civil, que há muito reclama pela normalidade institucional do País.

4. Normalidade institucional, ressalte-se, que vem sendo vanguardemente perseguida pela Ordem dos Advogados do Brasil, desde a luta pioneira em prol da restauração do habeas corpus e da concessão da anistia, até sua atual posição de defesa de uma Assembleia Nacional Constituinte, eleita pelo voto popular direto e secreto,

por entender que a legitimidade do Poder depende da efetiva participação do povo no processo político decisório.

5. Preservando, assim, sua reconhecida e proclamada linha de atuação frente às relevantes questões institucionais do País, a Seccional de Pernambuco — em consonância com a indicação do eminente jurista Miguel Seabra Fagundes, unanimemente aprovada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil — decidiu manifestar-se publicamente a favor da eleição direta para Presidente da República, por considerar que, na atual conjuntura brasileira, o pressuposto da legitimidade política indispensável à democracia só será alcançada através da participação direta da vontade popular, manifestada mediante sufrágio universal e secreto.

Recife, 05 de janeiro de 1984

Hélio Mariano
Presidente do Conselho

Para a OAB-PE, legitimidade política só virá com diretas

Da Sucursal de Recife

Em nota oficial publicada ontem nos jornais de Recife, a seção pernambucana da Ordem dos Advogados do Brasil manifestou-se a favor da eleição direta para a Presidência da República, por considerar que "na atual conjuntura o pressuposto da legitimidade política indispensável à democracia só será alcançado através da participação direta da vontade popular, manifestada mediante sufrágio universal e secreto".

A nota, assinada pelo advogado Hélio Mariano, presidente da OAB pernambucana, diz que "espúrio e ilegítimo é o Colégio Eleitoral, inclusive porque

composto por integrantes não eleitos pela vontade do povo, fonte única do poder, de onde emana a autoridade de qualquer governo democraticamente constituído". E prossegue mais adiante: "Oriundo de uma forjada legalidade formal, que objetiva impor ao Congresso Nacional a vontade dos detentores do poder, o Colégio Eleitoral traz em seu bojo, como vício de origem, o desairoso estigma da fraude, do fictício e do postício, com que se procura obstar o comparecimento do povo às urnas, para a escolha do primeiro mandatário da República".

(Folha de S. Paulo — 15.1.84)



Conselho Federal da OAB é pelas diretas para Presidente

A Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1983 — Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil — insere, como primeira das atribuições do Conselho Federal, “defender a ordem jurídica” e “contribuir para o aperfeiçoamento das instituições jurídicas” (art. 18, nº 1). E essa atribuição envolve um dever, pois que na atuação da ordem jurídica, está, em verdade, a razão de ser de toda a atuação do advogado. Porque, seja na luta pelo direito de cada cliente, seja no desempenho de compromissos necessários com a causa pública, está obviamente pressuposta a propugnação pela legitimidade e lisura das estruturas jurídicas e institucionais. E pressuposta como de exercer-se precipuamente. Sim, pois a defesa da ordem jurídica há de principiar, numa visão geral, pela da sua compatibilidade com os princípios basilares do direito, da moral, da política, e, no plano da adequação à vida do país, com as suas tradições históricas, com a sua evolução social e com o seu progresso político.

Em sendo assim, afigura-se próprio que, considerando o quadro institucional, a OAB se manifeste sobre problema constitucional magno, no presente momento do Estado Brasileiro, qual o do processo de escolha do titular da Presidência da República.

Já tivemos oportunidade de dizer, alhures, que se numa Constituição votada pela representação do povo estará a base máxima da legitimidade do poder entre nós, esta não será plena enquanto a escolha do Presidente da

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil assume diretas para Presidente da República, nos termos da indicação formulada por Seabra Fagundes. Em sua indicação, o ministro Seabra Fagundes faz mais imperativo, hoje, instar pelo aprimoramento das instituições, de 20 anos sem participação na escolha do mais alto mandatário executivo da Nação, dizer ele mesmo, sem intermediários, retomando a tradição republicana do brasileiro que o devesse governar”. O Jornal do Advogado, OAB, o voto de Miguel Seabra Fagundes, que valeu como indicação aceita

República se processar por eleição indireta, meramente homologatória de imposições de cúpula.

Em nenhum momento mais imperativo, hoje, instar pelo aprimoramento das instituições, de sorte a ensejar-se ao povo, após mais de 20 anos sem participação na escolha do mais alto mandatário executivo da Nação, dizer ele mesmo, sem intermediários, retomando a tradição republicana do voto direto, da sua preferência pelo brasileiro que o devesse governar.

Impõe-se, portanto, u’a manifestação da Ordem dos Advogados do Brasil em tal sentido.

Tive dúvida em dar-me a essa iniciativa, mas das reflexões que fiz, pareceu-me ser até um dever da minha cidadania — e o advogado no seu comportamento profissional, pela natureza mesma da atividade que desempenha, não pode abstrair de que é um cidadão — num momento em que a coletividade brasileira se vem ostensivamente mobilizando pela tese político-institucional das eleições diretas para a Presidência da República, indicar juntasse a OAB a sua voz às demais, que reponham na reivindicação da presença do povo na mais importante escolha eleitoral da vida do País.

Tem-se pretendido que não há por que nem como caminhar, agora, para um pleito de voto universal na escolha a realizar-se dentro de um ano e pouco, quando o texto da Lei Maior, hoje vigente, a comete a um Colégio Eleitoral (art. 74). E os argumentos que se alinham contra o inovar-se, instituindo o voto direto, são os seguintes:

a) Não há tempo útil, nesta altura, pa-

ra alterar o sistema de eleição.

b) É impróprio, constituindo açodamento injustificável, pretender que a marcha do processo de redemocratização se enderece à adoção da eleição direta.

c) A eleição direta será demasiado onerosa para o Tesouro Público.

d) A eleição direta sempre foi um fator de agitação em nosso meio, e mais o será, agora, quando o País vive grave crise econômica e social.

e) O Colégio Eleitoral conduzirá a satisfatória legitimação do escolhido, pois se compõe de delegados saídos do pleito de novembro de 1982.

f) A eleição indireta constitui, também, um processo democrático de escolha e, portanto, legitimador do poder.

Ora, nenhuma dessas razões se afigura obter à aspiração de retomada, pelo povo, do direito de escolher, mediante mobilização geral do eleitorado, o Chefe do Poder Executivo Nacional.

Senão vejamos:

a) Mais de um ano ainda conta no seu mandato o atual Presidente da República, e só esta circunstância desfaz a objeção do tempo. A República Argentina aí está a nos mostrar como em meses pode ocorrer, do modo mais pleno, a transição, por eleição direta, de um governo ditatorial para um regime democrático. Não nos subestimamos em relação a esse grande país vizinho, que de agruras semelhantes às nossas soube caminhar, decididamente, para a regeneração institucional.

b) Falar em açodamento na reivindicação do sufrágio universal, por um



povo que, há muito, não é chamado à escolha do seu dirigente. Não é a inteligência do seu povo que não suporta uma situação. Após vinte anos, o País deve esperar a mudança, uma benevolência arrebataram sob o pretexto de uma reforma do Congresso. As demagogias vemente puderam cinco? Mais dez? Sem os necessários meios da Nação auto-dominio? Não tão ostensivamente, que constitua brios do povo brasileiro.



Federal s diretas dente

iu posição em defesa das eleições
ulada pelo membro nato Miguel Seabra
afirma: "Em nenhum campo
sorte a ensinar-se ao povo, após mais de
rio executivo da Nação, dizer,
o voto direto, da sua preferência pelo
AB-PE, transcreve, na íntegra,
lhida pelo Conselho Federal da OAB.



ais de vinte anos,
votar para a esco-
nte maior, é escar-
ência brasileira, é
ação de primários.
quantos mais o
para que lhe res-
vior, uma generosi-
plência, aquilo que
pela força física,
clarado de liberta-
Nacional de pres-
para que mais li-
funcionar? Mais
Mais quantos fo-
s, ao juízo dos tu-
a restituir-lhe o
sse argumento é
te sem-cerimonio-
i um agravo aos
sileiro!

c) Nenhum destino mais próprio para os tributos que o povo paga do que o de servir à correta constituição dos órgãos do poder público. Sim, porque destes dependentes, fundamentalmente, a sua paz, a sua prosperidade, em suma, o seu bem-estar. E aqui é de observar a falta de autoridade para falar em parcimônia nos gastos públicos, quando se trata de aprimorar as instituições políticas, por parte daqueles a quem não ocorreu poupar o País ao endividamento que o converterá no maior devedor internacional.

d) O apelo ao fantasma da agitação parece desmoralizar-se pela só consideração das eleições posteriores à queda da Ditadura, em 1945. Os Presidentes Eurico Dutra, Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros foram eleitos em prélios tranquilos, nos quais o tom de agitação foi o próprio de qualquer campanha eleitoral em países de gente livre. Os traumas que o País conheceu em 1945, 1955 e 1961, nada tiveram a ver com o processamento dos pleitos; foram fatos posteriores a eles.

Nesse particular do temor, da agitação, assinala-se, tem surgido um argumento que, ao invés do que pretende, induz à procedência da idéia do voto direto. É o de que a crise dos dias presentes abriria caminho fácil à retaliação contra o Governo, na campanha eleitoral e, conseqüentemente, à sua derrota. Ora, se o Governo assim teme o voto livre do povo, e se vê no sufrágio indireto o meio de escapar



ao seu juízo, essa é mais uma razão para justificar a retomada, pela Nação, da escolha, por ela mesma, dos seus gestores, de governantes que não a temam.

e) A legitimidade do Colégio Eleitoral — e evidentemente as considerações que aqui fazemos não significam desconhecer o alto teor pessoal dos seus integrantes — se perde na sua origem mesma, instituído ele, com quabra da bem provada tradição brasileira, para tornar politicamente manipulável um eleitorado restrito, e ainda chamado a manifestar-se por votação nominal (Emenda nº 1, art. 74, caput), sabidamente poderoso instrumento contra a liberdade de escolha nos pleitos políticos. E, não bastando isso, a Emenda nº 8 ampliou, num jogo de cartas marcadas, a participação, na composição dele, das Assembléias Estaduais, em sua maioria fiéis ao sistema atualmente instalado no poder.

A parte isso cumpre atentar, ainda, considerando a massa da votação nacional na última eleição, que a maioria dos sufrágios não beneficiou o partido dominante no Colégio Eleitoral. Pelo que, embora detendo este, formalmente, o poder de escolha, na verdade politicamente se tornou menos habilitado a exercê-lo. A maioria dos seus integrantes não tem por si, no cômputo geral dos sufrágios, a cobertura da maioria do eleitorado do país. Ora, a eleição do Presidente da República é uma eleição nacional, por excelência. Até para que o eleito, em regime como o nosso, que situa o Chefe do Executivo no ápice da organização política, possa ser o detentor do poder e do prestígio, que somente o voto nacional tem o dom de conferir. Eleito o Presidente da República pelo voto de um colégio que, somados os sufrágios do qual resultou em 15 de novembro, e, tirante manipulações casuísticas, não exprime a soma majoritária da vontade do povo, carecerá da autoridade política imprescindível ao desempenho do mandato.

Acresce ter em conta que a cam-

panha para o pleito de novembro não foi sublinhada, em qualquer momento e em qualquer Estado, pela conotação de se estar votando também, por via indireta, com vistas à eleição do futuro Presidente da República. Isso, de resto, põe à mostra o artificial do critério adotado entre nós de eleição por um colégio estrito, pois onde o processo do voto em dois graus existe com seriedade, o eleitor tem consciência, ao depositar o seu sufrágio, de que está optando por um candidato à Presidência. Aliás, teria sido impossível, em novembro de 1982, votar tendo em conta a escolha do futuro Presidente da República, pois nenhum candidato havia então inscrito. O voto seria em aberto, para o Colégio escolher quem lhe aprovesse, até mesmo alguém que, se identificado, talvez jamais lograsse o apoio do eleitorado nacional.

f) Não há dúvida de que a eleição indireta pode ser, também, uma via democrática de escolha. Em nosso caso, porém, há que objetar ao seu uso. Tanto pela casuística que a desfigura (e à qual já nos reportamos), como porque no regime presidencial somente o voto direto comunica ao Chefe do Poder Executivo a autoridade política indispensável para o comando da Nação. Tanto assim que nos Estados Unidos, não obstante adotada formalmente a eleição de dois graus, na prática a eleição do Presidente da República se processa (na escolha convencional, na campanha dos candidatos, na proclamação nacional do eleito) como se o pleito se cingisse ao voto popular.

Estas as razões por que tenho que a Ordem dos Advogados do Brasil está no dever de posicionar-se pela adoção do voto direto para a próxima escolha do Presidente da República, restaurada, a partir daí, a tradição republicana do sufrágio universal.

Sala das Sessões, 20 de dezembro de 1983.

MIGUEL SEABRA FAGUNDES



A OAB e a formação profissional dos novos advogados

Octávio Lôbo

Com este trabalho, o professor Octávio Lôbo participou do XIII Encontro de Advogados de Pernambuco, que teve como tema central "O Nordeste em Debate". A questão tratada pelo professor fez parte do Paineiro Especial, destinado ao debate de temas universitários.



O tema objeto da presente dissertação sugere, a fim de ficar os exatos limites da análise a ser feita, a formulação da seguinte indagação:

Concluído o curso de bacharelado, é legítimo à Ordem dos Advogados do Brasil exigir, além da apresentação do diploma, requisitos outros relativos ao grau de conhecimento do bacharel que o habilitem ao ingresso na corporação e, em consequência, ao exercício da advocacia?

A resposta a tal indagação há de ser a demonstração de que a preocupação da OAB com a formação profissional dos novos advogados, deve manifestar-se antes mesmo do ingresso destes nos seus quadros, haja vista que a conclusão, pelo bacharel, do curso de direito — ainda que feito de maneira exemplar no que se refere às disciplinas básicas, obrigatórias ou alternativas — não é suficiente a habilitá-lo ao exercício da advocacia, para a qual se exige, além do conhecimento

rior, com poderes para aferir o mérito dos diplomas por elas legalmente expedidos; além de desvirtuar o verdadeiro objetivo do curso jurídico qual o de ensinar cientificamente o direito.

Em magnífico trabalho intitulado "Ciência e Arte do Direito — O Estágio Profissional" (in Rev. da OAB, vol. 1, pág. 11) mostrou o prof. Nehemias Gueiros que

"O ensino do direito, portanto, não se pode esgotar na transmissão da ciência pura. Terá de ser conduzido de maneira a levar ao estudante as noções técnicas da sua utilização e aplicação, se o que falhará ao objetivo de todo o ensino, que é preparar para melhor servir, e para despertar as vocações de onde sairão os artífices e, dentre eles, os artistas."

Acentuou, ainda, o prof. Nehemias Gueiros, no mesmo trabalho (pág. 16), que

cessidade da reformulação dos métodos do ensino jurídico, que não criavam — como de resto em muitos casos ainda atualmente não criam — oportunidades para o diálogo e a participação do aluno na busca do conhecimento; acentuando-se a necessidade de adoção de um sistema que, numa abordagem crítica dos institutos jurídicos voltada para a realidade brasileira, desvinculada, pois, o quanto possível, das atividades meramente especulativas, objetivasse a formação de profissionais dotados não apenas do saber, mas sobretudo aptos a saber fazer e capacitados, enfim, à proposição ou à defesa de reformulações jurídicas e sociais.

Também sobre esse tema se manifestou, de forma magistral, Nehemias Gueiros no trabalho já anteriormente referido:

"O ensinamento que se recebe na Faculdade tem sido, até agora, uma orientação esquemática da ciência do direito, que todos temos de encher e preencher no contato com os fatos da vida. A pedagogia meramente preleção das Escolas, sem a vivência dos problemas do mundo jurídico, desloca o bacharel do universo onde os fatos se projetam para fazê-lo marchar tumultuadamente, quase sempre à margem muitas vezes atrás, e de vez em quando, em momentos de crise, contra o próprio direito. Nunca na frente dele." (pág. 16).

Prevaleceu, afinal, o bom senso. O atual Estatuto da Ordem dos

plina e defesa da classe dos advogados em toda a República."

Desse modo, esse poder de seleção que a lei, de forma expressa, confere à Ordem, não se pode traduzir — como impensadamente ainda o fazem alguns — como um poder de controle sobre o mérito do curso de bacharelado. Representa, isto sim, o poder de aferir a capacidade do bacharel para o ingresso na corporação, através da avaliação de sua aptidão para o exercício do importantíssimo ministério da advocacia.

A exigência do Estágio ou do Exame de Ordem não acarreta qualquer diminuição de prestígio para as Faculdades. Não mais cabe, nos dias atuais, a idéia de que as Faculdades de Direito formam advogados; e é precisamente porque das Faculdades de Direito não saem advogados, mas tão somente bacharéis, que a grande maioria das nações civilizadas do mundo preservam o Estágio Profissional, considerando o diploma de bacharel como apenas um dos requisitos exigidos para a prática da advocacia.

Na apresentação do Relatório e Conclusões do Simpósio realizado no Rio de Janeiro, em abril de 1974, pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, sobre o tema Estágio e Exame de Ordem, assim está expresso:

"Em Portugal, só é possível a inscrição como advogado ao bacharel que realizar o estágio de ano e meio, findo o qual será submetido a Exame realizado no Tribunal, perante

Não mais cabe a idéia de que as Faculdades de Direito formam advogados

do direito como ciência pura, pos-sua o candidato, pela praxe profissional, o talento para saber utilizar essa cultura a serviço da administração da Justiça.

Até a entrada em vigor do atual Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963), a matéria foi bastante polêmica, eis que se dividiam as opiniões acerca da utilidade ou inutilidade da prática como elemento complementar do ensino científico do direito.

Não foi curto o espaço percorrido até que, afinal, veio o legislador a reconhecer a necessidade da prática forense como requisito de admissibilidade ao ingresso dos advogados nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil. Também não foi fácil a aceitação dessa idéia. Aqueles que a combatiam argumentavam, desarrazoadamente, que o reconhecimento implicaria num desprestígio para as Faculdades de Direito, na medida em que significaria situar a Ordem dos Advogados como uma instância supe-

"O estágio profissional vai integrar o bacharel na realidade do mundo, acentuando uma diferença que antes dele ninguém aprendeu a fazer. Aquela de que ser bacharel em direito não é ser advogado."

A faculdade prepara o bacharel, transmite-lhe a ciência. O estágio prepara o profissional, o advogado, adentra-o na técnica, que não se exerce sem os dados da ciência, mas não se basta nem se exaure nela. Antes transcende-a, porque exige a aplicação da ciência, que requer saber, mas requer, sobretudo, saber fazer."

Argumentavam outros que seria preciso considerar a advocacia não apenas como uma teorização da prática, ou, ao inverso, como a prática da teoria, mas sim que, como arte e técnica, exigiria necessariamente do profissional um grau de sensibilidade, sabedoria, visão ética, consciência profissional e espírito da classe que somente o exercício efetivo do ofício proporcionaria.

Proclamava-se, além disso, a ne-

O estágio profissional não se confunde com o título universitário

Advogados do Brasil — a já citada Lei nº 4.215/63 — exige, no seu art. 48, para inscrição no quadro de advogados, que o bacharel, ou doutor em direito, além de preencher outros requisitos, comprove, documentalmente, aproveitamento no Estágio Profissional ou, em sua falta, aprovação no Exame de Ordem.

Deve-se acentuar que o art. 1º da citada lei, atribui à Ordem dos Advogados do Brasil a qualidade de "órgão de seleção, disci-

uma banca composta do Presidente da Ordem, dois professores da Faculdade de Direito e três advogados designados pelo Ministro da Justiça.

Na Itália, além do título universitário, exige-se, para a inscrição, que o candidato tenha exercido o cargo de procurador durante seis anos. Somente depois de vários estágios em instâncias inferiores, ser-lhe-á conferido o título de "avvocato", ▶



Octávio Lobo

que o habilitará a advogar perante a Corte Suprema.

A França, berço dos grandes advogados, exige o título de doutor em direito e um estágio de três anos, durante o qual só poderá o candidato usar o título de advogado estagiário. Findo o estágio, o Conselho da Ordem, que o supervisiona, concederá ou não ao candidato o exercício da profissão.

Alemanha, Austria, Bélgica, Grécia, Inglaterra e Hungria seguem a mesma linha de exigência, e igualmente nos Estados Unidos exige-se o exame de habilitação, sendo de se ressaltar que a habilitação para um determinado Estado não significa que o advogado possa exercer a profissão em outro, sem prestar exame no Estado onde pretende trabalhar.

O estágio na Suécia é o mais longo. Dura cinco anos e é realizado após o curso de Direito, para familiarizar o candidato com a prática legal. Na Turquia, o período de estágio é de um ano, sendo seis meses no Tribunal e seis meses em escritório de advocacia. A Síria exige estágio de dois anos. No Japão, além do

cia; sobretudo se considerarmos que para o ingresso na carreira de magistrado ou de membro do Ministério Público se exige um concurso público através do qual se processa uma verdadeira revisão das matérias componentes do currículo de graduação em direito.

Elementar é, pois, a conclusão de que, exigindo-se concurso de provas no ingresso na carreira de magistrado ou de membro do Ministério Público — com os quais constitui o advogado, por disposição expressa da lei (art. 68 da Lei 4.215/63) elemento indispensável à administração da Justiça — não pode a Ordem dos Advogados do Brasil permitir o ingresso nos seus quadros de advogados que não comprovem, a seu exclusivo critério, a aptidão para o exercício da advocacia.

Convém, por outro lado, salientar que a semelhança do que ocorre para o ingresso na Magistratura e no Ministério Público, também se exige, além do título de bacharel em direito, concurso de provas para o ingresso na Diplomacia, na Polícia de carreira e em diversas atividades outras, sem que jamais se hajam levantado vozes contra tais concursos, por repre-

Estágio Profissional sério, submetido a rigoroso exame de aferição dos resultados obtidos pelos estagiários, procedido perante banca examinadora composta, em sua maioria, por advogados experientes indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil, pode demonstrar o bacharel haver adquirido o mínimo de condições e de conhecimentos técnicos indispensáveis ao exercício profissional da advocacia.

Impõe-se, assim, em nosso entender, o aperfeiçoamento do Estágio Profissional e a obrigatoriedade do rígido cumprimento do seu pro-

constituir meio apto a avaliar a qualificação profissional daqueles que pretendem exercer a advocacia, somente subsiste em função da facultatividade que se permitiu na realização do Estágio.

Que fique bem claro que não se pretende impor ao bacharel, para obtenção do seu diploma, a obrigatoriedade da efetivação do Estágio Profissional. Mas que também fique bem claro que aqueles que pretendem se dedicar ao exercício da advocacia terão, em face do que aqui se propõe, de se submeter, obrigatoriamente, ao Estágio Pro-

Impõe-se aperfeiçoar o estágio profissional com programa mínimo

grama mínimo — encarado com a seriedade que se faz necessária, sob pena de se desvirtuá-lo de sua verdadeira finalidade — como requisito indispensável à inscrição do bacharel no quadro de advogados.

É preciso, todavia, para tal, que se tenha à disposição dos interessados — estudantes de direito ou bacharéis — a possibilidade do exercício do estágio, impondo-se coativamente às Faculdades a sua instalação e funcionamento, sob a supervisão da OAB; mantendo-se, evidentemente, por sua inegável utilidade, o estágio realizado nos escritórios de advocacia, serviços de Assistência Judiciária e de departamentos jurídicos oficiais ou de empresas idôneas, também submetido a rigoroso exame da aferição dos resultados prestados na forma já acima mencionada.

O exercício obrigatório do estágio assim concebido, propiciando aos estudantes de direito ou aos bacharéis, ao lado do conhecimento teórico que lhes advém do curso de bacharelado, o conhecimento técnico capaz de a eles assegurar um mínimo indispensável a possibilitar a eficaz aplicação da teoria à prática, conduzirá, necessariamente, a conclusão da absoluta dispensabilidade do Exame de Ordem que, por não

fissional, comprovando o seu aproveitamento através de exame de aferição dos resultados obtidos, somente então se habilitando ao ingresso nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil.

Entendemos que, unicamente em tais condições, se poderá pretender, como sugere Haddock Lobo (Rev. da OAB-RJ nº 8, pág. 225),

“sanear o quadro de inscritos no que se refere não apenas aos profissionais, que violam o Código de Ética, mas, também, no tocante aqueles que, pela carência de preparo técnico, prejudicam os direitos de seus clientes, afetam a própria engrenagem judiciária e denigrem a reputação e o conceito da advocacia, que é uma função pública, aviltando a figura do advogado, a Classe e os seus órgãos de representação.”

O cumprimento obrigatório do Estágio Profissional — realizado com o sentido teleológico para o qual foi efetivamente concebido — como requisito indispensável ao ingresso no quadro de advogados da OAB, terá, por certo, a virtude maior de tornar o exercício da arte de advogar exclusivamente daqueles que efetivamente a ela pretendem se dedicar.

No Brasil é tímida a exigência de comprovação da habilitação profissional

estágio, o candidato precisa prestar exame final de aptidão profissional.”

Verifica-se, assim, que em todos os países acima mencionados, o Estágio Profissional, por se relacionar com as condições de capacidade profissional do candidato ao ofício de advogar, não se confunde com o título universitário.

Numa comparação com as legislações vigentes na maioria dos países civilizados, chegaremos forçosamente à conclusão de que são tímidas as condições exigidas pela legislação brasileira, no que diz respeito à comprovação da habilitação profissional para o exercício da advoca-

sentarem controles do mérito dos diplomas legalmente expedidos pelas Faculdades. . .

Na verdade dispõe a lei que, para o ingresso no quadro de advogados é necessário que comprovem os bacharéis, como elemento informativo do conhecimento prático de sua atividade, o resultado satisfatório do exercício do estágio profissional; exercício este, porém, facultativo, na medida em que, não cumprido o estágio, poder-se-á inscrever como advogado o bacharel que obtiver habilitação no Exame de Ordem (art. 48, II e 53 do Estatuto).

Entendemos, entretanto, que somente através da realização de um

Uma Constituinte, para um Estado de Direito

O Conselho da OAB, Seção de Pernambuco, realizou a última sessão ordinária de 1983 no dia 29 de dezembro. Foram registradas as ausências de apenas dois conselheiros: Everardo da Cunha Luna e Manoel Alonso de Castro Emerenciano. A saudação aos advogados que prestaram compromisso perante o Conselho foi efetuada pelo conselheiro Jorge da Costa Pinto Neves.

Saudação feita pelo Conselheiro Jorge da Costa Pinto Neves aos novos advogados e estagiários que prestaram compromisso no dia 29 de dezembro de 1983.

Agradeço, inicialmente, ao Presidente Hélio Mariano ter-me distinguido para saudar os novos advogados e estagiários, que hoje ingressaram nesta corporação.

Nesta breve saudação, tentarei transmitir alguma mensagem que sirva de orientação para a vida profissional que ora iniciam.

A esta Casa cheguei há 8 anos, e confesso que quase nada conhecia acerca do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil e acerca do Código de Ética Profissional, diplomas estes, entendendo eu, todos que pretendessem ingressar nesta Casa deveriam conhecê-los, e bem. No Estatuto é onde constam os deveres e direitos do advogado, cujo conhecimento é imprescindível para o bom desempenho profissional; onde consta o juramento ora prestado perante este Conselho, no qual "prometeram, exercer a advocacia com dignidade e independência, observando os preceitos da ética e defendendo as prerrogativas da profissão, não pleiteando contra o Direito, contra os bons costumes e a segurança do País, e defendendo, com o mesmo denodo, humildes e poderosos"; onde constam os impedimentos e incompatibilidades para o exercício da profissão; onde, ainda, constam

as infrações disciplinares e as penalidades aplicáveis. O Código de Ética acrescenta às normas gerais de ética, as que o advogado deve especialmente observar.

Ocorre, porém, que nos currículos dos cursos de direito e nos estágios profissionais, em regra, não existe nenhuma cadeia que oriente o estudante acerca do conteúdo do Estatuto e do Código de Ética, e o que vejo é chegarem aqui bacharéis sem ter nenhum conhecimento do Estatuto e do Código de Ética.

Na última sessão deste Conselho, ao julgarmos processo disciplinar instaurado contra advogado inscrito nesta seccional, lembro-me que um dos conselheiros no seu voto dizia:

Acredito que o representado não tenha transgredido o Código de Ética Profissional, ferindo o Estatuto, por má-fé, podendo ter feito até por desconhecimento. Porém, a realidade é que feriu o Código incorrendo em infração disciplinar, na conformidade do artigo 103, devendo ser penalizado.

Daí o conselho que transmito aos novos advogados e estagiários no sentido de conhecerem e cumprirem o Estatuto da Ordem e o Código de Ética. Pois isto, aliado a uma boa formação profissional, é que os habilitará para carreira de advogado.

Feita esta advertência, acerca dos problemas ligados estritamente às prerrogativas e direitos dos advogados, acho im-

portante lembrar a necessidade de preservar nesta instituição, o que considero o seu compromisso maior, qual seja, o de transcender sua função de mero órgão de classe, para propugnar por uma ordem jurídica legítima e para defender os direitos e garantias individuais de todo cidadão.

A OAB tem por força de lei, competência para defender a ordem jurídica e a Constituição da República, pugnar pela boa aplicação das leis e pela rápida administração da justiça e contribuir para o aperfeiçoamento das instituições jurídicas.

Relembro a respeito do tema, discurso que proferi na abertura do 9º Encontro de Advogados, realizado em 1979, em Garanhuns, quando dizia "reiterar posições em favor do pleno restabelecimento do estado de direito, no qual a legitimidade do ordenamento jurídico não significa tão-somente a legalidade formal, no sentido de que a ordem jurídica se traduza apenas em um corpo de normas, mas também, que as leis sejam votadas por autênticos representantes do povo, eleitos em pleito livre e democrático." No final daquela oração, conclamava "todos a unidos trabalhar, para conseguir levar nossa Nação brasileira aos anseios do seu povo, que é a plenitude do Estado de Direito, onde os abusos não prosperam, a injustiça não predomina e se alcança a almejada justiça social".

E hoje, estou convencido de

que aquela aspiração deve ser atingida através de uma Assembléia Nacional Constituinte, também defendida pela Carta dos Advogados de Pernambuco, documento aprovado por aclamação do encerramento do XIII Encontro dos Advogados de Pernambuco, realizado em novembro passado, na Faculdade de Direito, onde foram debatidos temas nordestinos. Naquele momento, afirmou-se enfaticamente:

"O Nordeste advoga uma Constituição para o Brasil, através de uma Assembléia Nacional Constituinte eleita pelo voto popular, visando a legitimação do poder. Somente uma ordem fundada na legitimidade democrática, que assegure a efetiva participação da vontade popular no processo político decisório, criará as condições indispensáveis à consecução da Justiça social. O Poder que se oculta corrompe-se".

Esta é uma luta que não é somente dos advogados. Esta é uma luta de toda a sociedade civil, esmagada pelos desmandos do autoritarismo. Porém, a classe dos advogados, através da OAB, tem sido o pilar mais sólido das reivindicações da comunidade brasileira, daí porque ao encerrar esta saudação, acho oportuno fazer minhas as palavras proferidas pelo ilustre ex-Presidente Octávio Lobo, na solenidade de colação de grau dos bacharéis em Direito da Faculdade de Direito do Recife, em 29 de dezembro de 1982, há exatamente um ano, quando dizia:

"A mensagem que vos trago, todavia, mais do que uma advertência ou uma orientação, tem por objetivo uma convocação para a luta pelo aperfeiçoamento das instituições jurídicas, de modo a possibilitar, num futuro próximo, que o Direito deixe de ser um privilégio de poucos, para se tornar um valor permanente e indispensável à paz, ao progresso e ao bem estar de todos os integrantes da comunidade".

Sejam bem-vindos à OAB.

Recife, 29 de dezembro de 1983